

## Custos altos



### Produção de aço bruto da Gerdau recuou 12,6%

A produção de aço bruto da Gerdau caiu 12,6% no quarto trimestre de 2022, ante o mesmo período de 2021, para 2,866 milhões de toneladas. A empresa informou que houve um aumento de 10,7% nos custos em 2022 na comparação com 2021, resultado do reajuste energético e dos reduutores, como o carvão (+50%), coque (+47%) e gás natural (+26%). **PÁGINA 3**

## 90 dias

### Petrobras suspende as alienações de ativos

A Petrobras informou na quarta-feira que recebeu ofício do Ministério de Minas e Energia (MME), solicitando a suspensão das alienações de ativos por 90 dias, em razão da reavaliação da Política Energética Nacional atualmente em curso e da instauração de nova composição do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), respeitadas as regras de governança. **PÁGINA 2**

## Aeroportos

### Anvisa cancela o uso de máscara em aviões

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) derrubou na quarta-feira, 1º, a exigência de máscaras em aeroportos e aeronaves no Brasil como forma de prevenção contra a covid-19. A suspensão havia sido pedida pelo Conselho Federal de Medicina (CFM). **PÁGINA 8**

## Reforma

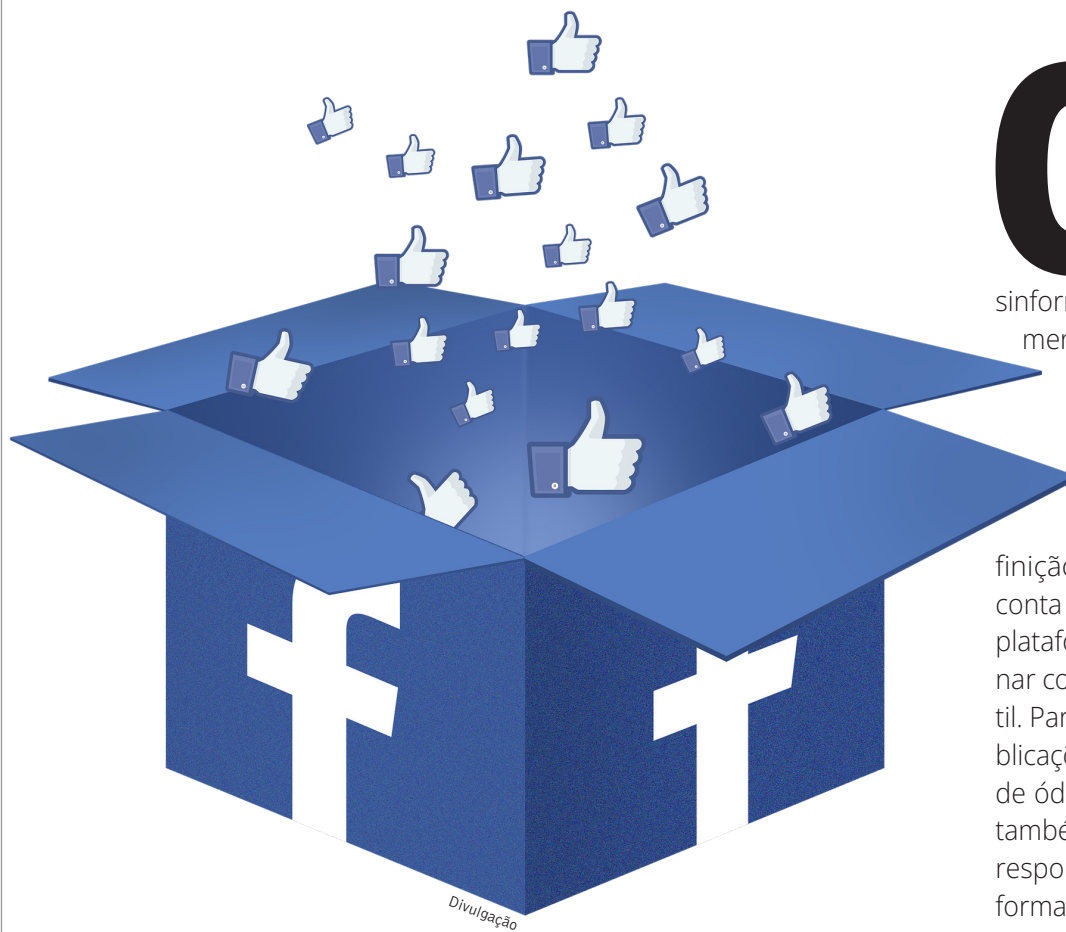
### Haddad admite que IVA dual é mais viável

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou na quarta-feira que, nas discussões que envolvem a reforma tributária, há um pensamento majoritário de que a implementação de um imposto de valor agregado (IVA) dual é mais viável. Haddad disse estar com a agenda livre para a reforma e disponível para desatar nós. **PÁGINA 2**

## Ministro defende cooperação entre as plataformas e a Justiça Eleitoral

# Moraes: redes sociais serão regulamentadas

O ministro sustentou que é preciso definir qual é a responsabilidade das plataformas quando a desinformação é impulsionada por monetização



O ministro Alexandre de Moraes, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), recebeu na quarta-feira, 1º, representantes de plataformas digitais na sede da Corte para debater medidas de combate à desinformação. No encontro, ele defendeu a regulamentação das redes sociais e medidas das próprias redes para melhorar a autorregulação. Foram representados na reunião Telegram, Twitch, TikTok, Kwai, Meta, Google, YouTube e Twitter. Em relação à moderação do conteúdo, Moraes argumentou que a definição do que deve ser removido deve levar em conta as ferramentas de autocontrole das próprias plataformas, já utilizadas normalmente para eliminar conteúdos sobre pedofilia e pornografia infantil. Para ele, é preciso ampliar o controle sobre publicações que reproduzem ou estimulam discurso de ódio e atentados antidemocráticos. O ministro também sustentou que é preciso definir qual é a responsabilidade das plataformas quando a desinformação é impulsionada por monetização e algoritmos das redes. **PÁGINA 6**

## DESCULPA

### Facebook culpa infratores por atos e diz que agiu para proteger eleição

A detentora das marcas Facebook e Instagram, Meta, responsabilizou os infratores pelo ataque deflagrado no dia 8 de janeiro contra a praça dos Três Poderes, em Brasília. Segundo o conglomerado, a culpa pela destruição não cabe às redes sociais, mas, sim, a quem "infringiu a lei ao invadir prédios públicos". Ao se defender, a empresa afirmou que "há anos" trabalha no combate ao discurso de ódio,

incitação à violência e desinformação que circulam nas plataformas, de modo a demonstrar sua responsabilidade na proteção do processo democrático no Brasil nos meses anteriores e no dia do ataque. Em carta à Unesco, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva destacou que os ataques golpistas foram organizados por meio de plataformas digitais e aplicativos de mensagens. **PÁGINA 6**

## FAKE NEWS

### Silva diz que big techs podem responder por impulsionamentos

**PÁGINA 6**

## OMISSÃO

### Ministro nega revogar a prisão preventiva de Anderson Torres

**PÁGINA 7**

Rovena Rosa - Agência Brasil



Marcelo Camargo - Agência Brasil



## Combustível

### Tebet: reoneração total impactaria a inflação

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, defendeu a reoneração parcial dos combustíveis, como um meio termo entre a preocupação fiscal e inflacionária. Segundo ela, uma recomposição total dos tributos teria um impacto grande na inflação, dificultando a queda de juros em um "pequeno prazo", como é o desejo do governo. **PÁGINA 3**

**IBOVESPA** 104.384,67 ↓ -0,52%

#### Maiores Altas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
SID NACIONALON	17,94	+7,36%	+1,23
BRF SA ON NM	6,49	+5,36%	+0,33
USIMINAS PNA N1	7,17	+4,67%	+0,32
VALE ON NM	89,20	+4,87%	+4,14
BRADESCO PN N1	28,83	+4,46%	+1,23

#### Maiores Baixas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
HAPVIDA ON NM	3,02	-33,48%	-1,52
3R PETROLEUMON NM	32,600	-15,10%	-5,800
MAGAZ LUIZA ON NM	3,32	-2,48%	-11,75%
MELIUIZ ON NM	0,790	-10,23%	-0,090
LOCAWEB ON NM	4,47	-10,60%	-0,53

#### Mais Negociadas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
VALE ON NM	89,20	+4,87%	+4,14
PETROBRAS PN N2	25,30	-3,47%	+0,06
HAPVIDA ON NM	3,02	-33,48%	-1,52
PETRORIO ON NM	33,38	-9,64%	-3,56
ITAUUNIBANCO PN EJ N1	25,00	-1,63%	-0,41

#### BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	32.661,84	+0,016%
S&P 500	3.951,39	-0,47%
NASDAQ	11.379,48	-0,66%
DAX 30	15.305,02	-0,39%
FTSE 100	7.914,93	+0,49%
IBEX 35	9.317,50	-0,82%

#### DÓLAR COMERCIAL

COMPRA	VENDA	%
5,191	5,191	↓ -0,65%

#### PESO

COMPRA	VENDA	%
0,026	0,026	↓ -0,86%

#### EURO

COMPRA	VENDA	%
5,532	5,533	↑ 0,02%

#### LIBRA

COMPRA	VENDA	%
6,236	6,239	↓ -0,68%

#### OURO

BM&FBOVESPA/GRAMA	COMEX NY/ONÇA
301,03	USD\$ 1.836,72

## REFORMA

# Haddad: pensamento majoritário é de que o IVA dual é mais viável

O ministro afirmou ainda que o governo irá compensar a correção da tabela do IR com a taxaço de "jogos eletrônicos, mas não foi claro se essa tributação incluirá o mercado de apostas virtuais

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou na quarta-feira que, nas discussões que envolvem a reforma tributária, há um pensamento majoritário de que a implementação de um imposto de valor agregado (IVA) dual é mais viável. Haddad disse estar com a agenda livre para a reforma e disponível para desatar nós.

Apesar do consenso em torno da necessidade de avançar com a pauta, existem pressões de diferentes segmentos, Estados e municípios acerca do texto.

O ministro assumiu que não haverá consenso em torno da proposta, mas assegurou que terá votos necessários para aprová-la no Congresso. A ideia do governo é fazer uma espécie de fusão entre a PEC 45, da Câmara, e a PEC 110, que tramita no Senado. A primeira substitui cinco tributos (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) por um imposto sobre bens e serviços e um imposto seletivo sobre cigarros e bebidas alcoólicas. A 110 propõe um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, sendo um para União e outro para entes subnacionais.

O ministro da Fazenda afirmou ainda que o governo irá compensar a correção da tabela do Imposto de Renda de Pessoas Físicas (IRPF) com a taxaço de "jogos eletrônicos". Ele não foi claro se essa tributação incluirá o mercado de apostas virtuais e os chamados e-sports.

"Vamos compensar a pequena perda de arrecadação com a tabela do IR com a tributação sobre esses jogos eletrônicos que não pagam nenhum imposto e levam uma fortuna de dinheiro do País", afirmou, em entrevista ao UOL. "Jogo mundo

inteiro é tributado e no Brasil não é", acrescentou.

Segundo Haddad, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva já deu aval para a medida. "Vamos regulamentar em março, vamos mandar para a Casa Civil", adiantou. "Estamos fazendo a estimativa de arrecadação e os números não estão convergindo. O modelo está pronto, mas precisamos de uma estimativa mais precisa. Mas é coisa da ordem de bilhões de reais, não muitos, mas alguns", projetou.

O ministro disse que 24 das 27 Unidades da Federação já aceitaram a proposta da Pasta para a compensação das perdas com o ICMS. O ministro esteve reunido com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes para tratar sobre o tema.

"Ainda estamos sentados à mesa com três Estados porque entendemos que a nossa proposta contempla as perdas impostas pelo governo Bolsonaro. O ex-presidente impôs uma perda absurda aos Estados, ajudou a quebrar ainda mais Estados que já estavam em recuperação fiscal, como o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro, que afundaram ainda mais. E esses Estados até deram vitória ao Bolsonaro", afirmou.

O ministro disse ainda que tem uma reunião marcada com o presidente para validar os parâmetros do Desenrola - o programa de negociação de dívidas bancárias que o governo pretende anunciar ainda em março.

"O programa não está enrolado, mas Lula precisa validar os parâmetros. O programa está montado, mas precisa decidir até quanto de dívida nós vamos, se vai ter ou não subsídio e até quanto, de onde propomos que o dinheiro saia. É uma decisão política que cabe a Lula tomar.



Haddad: "estamos sentados à mesa com três Estados porque entendemos que a nossa proposta contempla as perdas"

Ele validando na segunda-feira, fecha o programa e aí é marcar a data da assinatura", afirmou o ministro.

Haddad repetiu que o Brasil tem hoje cerca de 70 milhões de CPFs negativados. "A maioria está no crediário, nos serviços públicos. Cerca de 70% do crédito negativado não é bancário", destacou. "É a primeira vez que o Estado vai ajudar as famílias a encontrarem uma solução para os seus problemas. Se isso vier acompanhado de uma redução dos spreads e dos juros bancários, podemos ter mais consumo e investimentos", completou.

O ministro disse que tratou do acordo entre o Mercosul e

a União Europeia em reuniões bilaterais na semana passada durante o encontro do G20. "Até tenho um despacho com o presidente Lula para reportar a ele o que ouvi dos ministros europeus, quais são os obstáculos a superar. Está na ordem do dia da agenda presidencial, mas não depende só do governo brasileiro. A essa altura do campeonato, eu diria que a bola está mais com os europeus do que com a gente".

Haddad reclamou que os problemas para se referendarem o acordo entre os dois blocos econômicos se devem a ruídos causados pela extrema direita europeia.

"A extrema direita se apropria de certas pautas, como a

agricultura na Europa, e começa a criar ruído político. A extrema direita conta com o ruído para fazer política, nunca é racional o argumento", criticou.

O ministro negou ainda haver interferência do governo federal na política de preços da Petrobras. De acordo com o dirigente da pasta, o Executivo aguardou a decisão da estatal sobre redução de preços dos combustíveis para anunciar a reoneração dos impostos federais sobre gasolina e álcool. "A cobrança a Petrobras sobre preços existia desde 17 de fevereiro.

Ele esclareceu que não havia mais prazo para decisão de reonerar os impostos e foi pedido à estatal que divulgasse os preços. "É tudo dentro do PPI. Não tem

intervenção nenhuma", reforçou.

Haddad voltou a defender uma maior transparência nos dados que envolvem a Petrobras. De acordo com ele, há, por exemplo, técnicos dizendo que o gás está 27% acima do preço de paridade internacional (PPI). "Em vez de acusar a Petrobras, vamos dar transparência aos dados e entender melhor", disse.

O ministro da Fazenda voltou a pôr sobre o Congresso a responsabilidade de reonerar integralmente, ou não, a gasolina e o álcool daqui a quatro meses. De acordo com o ministro, a medida de taxar a exportação de óleo cru é uma "solução de transição" e apenas um caminho para fasear a reoneração. "Taxação de óleo exportado é para fasear reoneração, palavra final é do Congresso", disse.

Ele destacou que as petrolíferas estão com lucros extraordinários e pagam poucos impostos.

Para evitar perda de arrecadação e manter os R\$ 28,8 bilhões de receitas previstos no pacote anunciado pelo ministério, foi decidido incluir na nova medida provisória a aplicação do imposto de exportação sobre óleo cru por quatro meses. Ao final deste período, de acordo com o ministro, o Congresso vai deliberar sobre a decisão.

Em mais uma referência aos anúncios da terça-feira, o ministro da Fazenda afirmou ainda que é preciso confiar na sensibilidade do presidente sobre adoção de políticas econômicas para que não seja um mau colaborador.

"Tenho total confiança na sua capacidade de arbitrar para o bem do país, mesmo que seja contrariado", disse Haddad sobre Lula, ao citar que seu ponto de observação é apenas sob a ótica da Fazenda, enquanto o presidente olha outras dimensões.

## DESINVESTIMENTO

# Petrobras diz que MME solicitou suspensão das alienações dos ativos por três meses

A Petrobras informou na quarta-feira que recebeu ofício do Ministério de Minas e Energia (MME) na terça-feira, 28, solicitando a suspensão das alienações de ativos por 90 dias, em razão da reavaliação da Política Energética Nacional atualmente em curso e da instauração de nova composição do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), "respeitadas as regras de governança da companhia, compromissos assumidos com entes governamentais e sem colocar em risco interesses intransponíveis da Petrobras".

O ofício do MME dizia: "solicitado, respeitadas as regras

de governança, bem como os eventuais compromissos assumidos com entes governamentais, possibilidade de suspender, pelo prazo de 90 dias, novos processos de desinvestimento e eventualmente os que estejam em trâmite e não concluídos nesta companhia, desde que esta providência não coloque em risco os interesses intransponíveis da Petrobras".

"Visando a subsidiar os estudos sobre o referido planejamento setorial, solicita-se o envio de documentos pertinentes referentes aos processos de desinvestimento, observando-se as regras de sigilo e

as demais normas de regência aplicáveis ao fornecimento de dados", completa o documento.

A Petrobras informa que o Conselho de Administração analisará os processos em curso, sob a ótica do direito civil e dentro das regras de governança, bem como eventuais compromissos já assumidos, suas cláusulas punitivas e suas consequências, para que as instâncias de governança avaliem potenciais riscos jurídicos e econômicos decorrentes, observadas as regras de sigilos e as demais normas de regência aplicáveis.

A Petrobras recebeu também ofício do Ministério de Minas e Energia (MME) solici-

tando retificação das indicações dos candidatos que irão compor a chapa da União Federal, na condição de acionista controlador, das oito vagas do Conselho de Administração (CA) cujas eleições ocorrerão na próxima Assembleia Geral de Acionistas da Petrobras.

Em substituição ao Sr. Wagner Granja Viter, o acionista controlador está indicando o Sr. Bruno Moretti.

Essa indicação, assim como as outras, será submetida aos procedimentos de governança interna da companhia, observada a Política de Indicação de Membros da Alta Administração, para a análise dos requi-

sitos legais e de gestão e integridade e posterior manifestação do Comitê de Pessoas, nos termos do artigo 21, §4º, do Decreto 8.945/2016, alterado pelo Decreto 11.048/2022.

O Sr. Bruno Moretti é formado em economia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), possui mestrado em Economia da Indústria pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Doutorado em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB) e estágio pós-doutoral em Sociologia pela UnB. Atualmente, é doutorando em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp. Inicia sua carreira como Ana-

lista de Planejamento e Orçamento do Ministério do Planejamento, em 2004. Entre 2009 e 2012, foi Diretor da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. De 2013 a 2014 atuou como Assessor da Secretaria Executiva do Ministério do Planejamento e foi membro suplente do Conselho Deliberativo da Funpresp. Entre 2013 e 2015, atuou no Conselho de Administração e Conselho Fiscal do EBSERH. Foi Diretor e Secretário-Executivo Substituto da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, entre 2014 e 2015. De 2015 a 2016 atuou como Secretário-Executivo Adjunto da Casa-Civil da Presidência da República. Foi Assessor Técnico no Senado Federal, de Economia, infraestrutura, política fiscal e orçamento público entre 2017 e 2022. Atualmente, é Secretário Especial de Análise Governamental da Presidência da República.

**Diário Comercial**

Propriedade do Jornal Diário Comercial Ltda.

Filiado à:

**ANJ** ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS

DIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA  
Bruna Luz

DIRETOR EXECUTIVO  
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.br

DIAGRAMAÇÃO: André Mazza • paginacao@diariocomercial.com.br  
PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo • comercial@diariocomercial.com.br - SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.



Acesse nossa edição digital!

RIO DE JANEIRO  
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro  
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906

ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL  
SÃO PAULO  
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista  
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000

BRASÍLIA  
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS  
CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845

BELO HORIZONTE  
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes  
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232

REPRESENTANTE COMERCIAL  
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01  
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras  
CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comerciaisp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

CURTO PRAZO

# Tebet diz que reoneração total impactaria a inflação no Brasil

## A ministra afirmou que o governo tem mostrado que tem feito o dever de casa, considerando o pacote de reforma tributária e novo arcabouço fiscal

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, defendeu a reoneração parcial dos combustíveis, anunciada na terça-feira, como um meio termo entre a preocupação fiscal e inflacionária. Segundo Tebet, uma recomposição total dos tributos teria um impacto grande na inflação, dificultando a queda de juros em um "pequeno prazo", como é o desejo do governo.

"Estamos fazendo um esforço concentrado para mostrar para o BC que a inflação não é de demanda", disse ela, após participar do lançamento do mês da Mulher no Palácio do Planalto. "É possível baixar os juros no Brasil, ainda que não nos patamares que queremos, entendemos a posição do Copom."

Segundo a ministra, o governo tem mostrado que tem feito o dever de casa, considerando o pacote de reforma tributária e novo arcabouço fiscal que está sendo gestado. Além disso, afirmou que o foco agora da pasta é de contenção de gastos.

"Queremos mostrar ao Copom que podemos, ainda que paulatinamente, diminuir o juro, que temos responsabilidade fiscal", disse, reforçando que o prazo de quatro meses da Medida Provisória da reoneração mostra que a medida foi pensada e equilibrada. "Sob a ótica inflacionária e do meio termo, fizemos o dever de casa."

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou também que o nível dos juros é o principal problema econômico do País, em uma realidade onde já vigoram dificuldades de crédito e de alavancagem de atividades econômicas. O nível da Selic, de acordo com ele, é reflexo da herança deixada pelo governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

"O Banco Central não chegou à taxa de juro que chegou no atual governo. A taxa de juro a 13,75% é reflexo do governo Bolsonaro", disse Haddad, ao citar que o próprio Comitê de



Simone Tebet: "queremos mostrar ao Copom que podemos, ainda que paulatinamente, diminuir o juro, que temos responsabilidade fiscal"

Política Monetária (Copom) explica, por meio das atas, que as medidas do ex-chefe do Executivo foram populistas.

Segundo o ministro, Bolsonaro perdeu eleição e deixou o País com um rombo orçamentário e com as maiores taxas de juros do mundo.

Haddad citou também que as frases ditas pelo ex-ministro da Economia Paulo Guedes eram simpáticas ao mercado, mas não formaram uma reputação por envolverem promessas inexecutáveis. De acordo com o ministro da Fazenda, é melhor ser comedido e falar aquilo que é possível de ser realizado.

Haddad citou, por exemplo, o estabelecimento da meta de inflação em 3%. "No lugar do Guedes, não teria fixado meta de inflação de 3,0% pela mesma razão que eu não fixaria o teto de gastos, porque você não vai

cumprir", avaliou.

De acordo com o ministro, a história vai registrar tudo que Guedes falou e não cumpriu. Haddad citou, por exemplo, a promessa de obter superávit no primeiro ano do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e de arrecadar R\$ 1 trilhão com vendas de estatais.

O ministro afirmou ainda que a autonomia do Banco Central, aprovada durante o governo do ex-presidente é incontornável no curto e médio prazo. "Não vejo ânimo do Congresso de rever (autonomia). Isso não impede o congresso amanhã de repensar, mas hoje não vejo ânimo", disse.

Em crítica ao legado deixado pelo ex-presidente, Haddad afirmou que existe uma sensação de alívio mundial pelo fim do mandato de Bolsonaro. Ele citou que o Brasil voltou a ser um país interessante para os investido-

res e que existe uma janela de oportunidades para que o País avance no cenário internacional, especialmente com a guerra da Rússia e Ucrânia.

O ministro disse que o nível dos juros é o principal problema econômico do País, em uma realidade onde já vigoram dificuldades de crédito e de alavancagem de atividades econômicas. O nível da Selic, de acordo com ele, é reflexo da herança deixada pelo governo do ex-presidente.

"O Banco Central não chegou à taxa de juro que chegou no atual governo. A taxa de juro a 13,75% é reflexo do governo Bolsonaro", disse.

Segundo o ministro, Bolsonaro perdeu eleição e deixou o País com um rombo orçamentário e com as maiores taxas de juros do mundo.

Haddad afirmou também que as frases ditas pelo ex-minis-

tro da Economia Paulo Guedes eram simpáticas ao mercado, mas não formaram uma reputação por envolverem promessas inexecutáveis. De acordo com o ministro da Fazenda, é melhor ser comedido e falar aquilo que é possível de ser realizado.

Haddad citou, por exemplo, o estabelecimento da meta de inflação em 3%. "No lugar do Guedes, não teria fixado meta de inflação de 3,0% pela mesma razão que eu não fixaria o teto de gastos, porque você não vai cumprir", avaliou durante entrevista ao UOL.

De acordo com o ministro, a história vai registrar tudo que Guedes falou e não cumpriu. Haddad citou, por exemplo, a promessa de obter superávit no primeiro ano do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e de arrecadar R\$ 1 trilhão com vendas de estatais.

ram 11,9 milhões de toneladas.

Já no quarto trimestre de 2022, a Empresa registrou Ebitda ajustado de R\$ 3,6 bilhões, com margem Ebitda ajustada de 20,2%. O lucro líquido ajustado da Gerdau somou R\$ 1,3 bilhão entre outubro e dezembro do ano passado, enquanto a receita líquida da Companhia alcançou R\$ 18 bilhões, com as vendas físicas de aço totalizando 2,7 milhões de toneladas.

"A Gerdau registrou, em 2022 mais um ano extraordinário, com a melhor receita líquida de sua história e o segundo melhor Ebitda ajustado anual, que totalizou R\$ 21,5 bilhões, demonstrando a capacidade da empresa de se transformar e seguir compartilhando valor com seus clientes e demais stakeholders, oferecendo ao mercado produtos e serviços ainda mais inovadores e sustentáveis", afirma Gustavo Werneck, diretor-presidente (CEO) da Gerdau.

"O sólido resultado financeiro alcançado, em 2022, com um forte Ebitda ajustado registrado no ano, contribuiu para uma geração de fluxo de caixa livre recorde de R\$ 10,5 bilhões. Ressalto também os dividendos e as recompras de ações, que representaram recorde no acumulado de 2022, confirmando nosso empenho em gerar cada vez mais valor para os nossos investidores", diz Rafael Japur,

CFO da Gerdau.

Em 2022, a Gerdau investiu R\$ 4,3 bilhões, sendo R\$ 2,6 bilhões em manutenção e R\$ 1,7 bilhão em projetos de expansão e atualização tecnológica. Do total investido, R\$ 640 milhões contemplam expansão de ativos florestais, atualização e aprimoramento de controles ambientais, incrementos tecnológicos que resultam em eficiência energética e redução de emissões de gases de efeito estufa.

Para 2023, o novo plano de investimentos da companhia está estimado no valor de R\$ 5 bilhões, contemplando projetos CAPEX voltados à manutenção, expansão e atualização tecnológica de suas operações.

A Gerdau S.A. e a Metalúrgica Gerdau S.A. pagarão dividendos, a partir dos dias 23 e 24 de março, respectivamente. Na Gerdau S.A., serão pagos R\$ 332,7 milhões (R\$ 0,20 por ação) e na Metalúrgica Gerdau S.A. serão pagos R\$ 103,3 milhões (R\$ 0,10 por ação) sobre a posição de ações detidas em 14 de março de 2023. No acumulado de 2022, foram destinados R\$ 6,1 bilhões para os acionistas da Gerdau S.A. (R\$ 3,63 por ação) e R\$ 1,3 bilhão para os acionistas da Metalúrgica Gerdau S.A. (R\$ 1,25 por ação), representando um provento total sobre o lucro líquido ajustado do ano de 58,7% e 38,8%, respectivamente.

ACELERAÇÃO

# RaiaDrogasil acelera processo de expansão com a Monday

A RD-RaiaDrogasil – Gente, Saúde e Bem-estar é uma empresa líder no mercado brasileiro de farmácias, com mais de 2.600 filiais em todos os estados brasileiros. Em 2022 a empresa atingiu presença em 525 cidades, de acordo com os resultados do terceiro trimestre, e até o final deste ano serão inauguradas 260 novas farmácias através de expansão orgânica por todo o Brasil, de acordo com o guidance informado para o ano. A meta de expansão prevista entre 2022 e 2025 é de 260 farmácias ao ano, totalizando 1.040 novas farmácias a serem abertas em um período de 4 anos.

A empresa varejista tem no processo de expansão de novas farmácias um de seus carros-chefes, que é liderado pela diretoria de Expansão e envolve grande parte dos seus times.

Com objetivos de aceleração que chegam a uma ampliação equivalente a 38% da rede atual em quatro anos, a RD desafiou ainda mais esse processo. Encontrando na diretoria de Expansão uma área em plena movimentação, que busca constantemente evoluir e melhorar suas entregas, percebeu-se a necessidade de ganhar ainda maior produtividade e otimização do tempo para atender às expectativas.

Nesse cenário, a equipe de Expansão da RD iniciou uma prospecção por recursos que reduzissem o tempo gasto em tarefas burocráticas e, ao mesmo tempo, registrassem as informações para que fossem de fácil acesso para consultas em tempo real e de maneira confiável.

"O processo de inauguração de novas farmácias é muito complexo, pois envolve mais da metade das áreas da empresa e, se não tivermos o controle, perdemos o timing de inauguração, fator que prejudica diretamente as nossas metas mensais. Até 2018, todo esse controle de informações era realizado através de uma ferramenta desenvolvida dentro da empresa, que logo se mostrou bastante limitada frente ao desafio que temos. O volume de informações é imenso e não conseguimos manter o histórico ou cruzá-los no espaço de tempo que precisávamos", diz Andrea Sapia, Gerente Executiva de Engenharia de Expansão.

Com o desafio de encontrar uma solução que garantisse agilidade para as equipes, transparência de informações, além de contribuir com o ganho de produtividade para focar na ampliação da rede e apoiar o comitê semanal de Inaugurações, a área de Expansão da RD encontrou na Monday.com a plataforma ideal para integrar e organizar processos.

O uso da plataforma começou em 2019, com a área de Desenvolvimento Imobiliário, para garantir o recebimento e organização de documentações e assinaturas de contratos. Depois, outros setores foram integrados, como Legalização, Arquitetura, Obras, Gente & Cultura (contratação de pessoas), Jurídico (Vigilância Sanitária), área de TI, etc.

"Foram perceptíveis os benefícios que ganhamos com a implementação da Monday.com, logo nos primeiros usos, porque a ferramenta nos oferece a visão macro e o detalhe de cada abertura de uma nova filial. Como temos muitas frentes diferentes de trabalho, é importante termos os cenários atualizados e analisados em tempo real para reajustar os prazos, caso necessário. Este ecossistema foi muito aprimorado com o uso da Monday.com, já que ganhamos tempo para detectar riscos e contorná-los", afirma a executiva.

"A possibilidade de personalização da plataforma foi um dos grandes diferenciais da Monday.com e percebemos isso com a migração do uso para outros times internos, como o de Arquitetura.

SAZONALIDADE

# Produção de aço bruto da Gerdau caiu 12,6%

A produção de aço bruto da Gerdau caiu 12,6% no quarto trimestre de 2022, ante o mesmo período de 2021, para 2,866 milhões de toneladas. O recuo fica em 3,3% quando comparado ao terceiro trimestre de 2022, informa a empresa no seu resultado financeiro.

"O nível de utilização da capacidade de produção em 68% reflete a sazonalidade esperada para o trimestre, principalmente no mercado interno da ON Brasil e ON América do Norte, além das paradas programadas de manutenção em algumas unidades da companhia, típicas desta época do ano", justifica a Gerdau.

Em relação a 2022, a produção de aço bruto foi de 12,7 milhões de toneladas, 4,7% inferior em relação a 2021. "Não obstante os arrefecimentos apresentados nas ONs Brasil e América do Norte, as ONs Aços Especiais e América do Sul mostraram crescimentos na produção de aço bruto quando comparadas ao ano 2021", diz a companhia,

As vendas de aço bruto pela Gerdau no quarto trimestre de 2022 foram de 2,7 milhões de toneladas. Assim, ficaram 8,8% e 15,6% menores na comparação com o terceiro trimestre de 2022 e o quarto trimestre de 2021, respectivamente. "Apesar do quarto trimestre refletir um período com volumes de vendas historicamente inferiores aos demais trimestres do ano, cabe observar que as eleições no Brasil, somadas à Copa do Mundo, amplificaram a habitual sazonalidade do período na ON Brasil", afirma.

Em 2022, foram vendidas 11,9 milhões de toneladas de aço pela Gerdau, uma redução de 6,4% quando comparado ao ano anterior. "Contudo observamos a resiliência das vendas nos setores atendidos pela Companhia, principalmente na construção e indústria, com gradual retomada do setor automotivo favorecido pela normalização do fornecimento dos chips e semicondutores, setor bastante afetado durante a pandemia da covid-19", afirma.

Com relação ao custo das vendas, a Gerdau informa, que houve alta de 10,7% em 2022 na comparação com 2021, resultado do aumento do custo de energéticos e redutores, entre os quais o carvão (+50%), coque (+47%) e gás natural (+26%), além do aumento de 24% no custo de ligas metálicas, especialmente nas operações da América do Norte e aços especiais.

Houve recuos de 8,4% e de 8,1% sobre o trimestre anterior e ante o mesmo período de 2021, respectivamente.

A Gerdau, maior empresa brasileira produtora de aço, concluiu o exercício de 2022 com a maior receita líquida de sua história, totalizando R\$ 82,4 bilhões. Nos 12 meses de 2022, o Ebitda ajustado da companhia somou R\$ 21,5 bilhões, com margem Ebitda de 26,1%, enquanto o lucro líquido ajustado somou R\$ 11,6 bilhões. Por sua vez, as vendas físicas de aço alcança-

## NOVO CARGUEIRO

## GOL e Mercado Livre fecham seis meses de parceria



Os aviões destinados à operação fazem parte da frota atual da GOL e sempre passam por um processo de conversão para cargueiros, com equipamentos inovadores

A etapa inicial da parceria contempla seis aeronaves da GOL, e faz parte do pacote de investimentos de R\$ 17 bilhões

Seis meses após seu primeiro voo, a parceria entre a GOL Linhas Aéreas, maior Companhia Aérea do País, por meio da GOLLOG, sua unidade de logística, e o Mercado Livre, líder em tecnologia para e-commerce e serviços financeiros na América Latina, anuncia a primeira operação do seu terceiro cargueiro. Partiu na quarta-feira (1º/03) de Guarulhos (GRU) com destino a João Pessoa (JPA) a aeronave Boeing 737-800 BCF, prefixo PS-GFC, recém acrescida à frota de cargueiros destinada exclusivamente à parceria.

Desde setembro de 2022, duas aeronaves cargueiras já estão operando, realizando o transporte de cargas de produtos do Mercado Livre para as bases de Brasília (BSB), Forta-

leza (FOR), Recife (REC), São Luís (SLZ) e Teresina (THE). A partir do dia 24 de março, a nova aeronave fará também a rota para Porto Alegre (POA), curtando o prazo para entrega também no Sul do País.

A quarta das seis aeronaves previstas pelo acordo entre as duas empresas deve chegar ainda no mês de março, dando início à segunda fase dessa parceria, expandindo ainda mais as entregas de cargas e mercadorias pelo país. O início das operações desta nova aeronave está previsto para o dia 3 de abril. O quinto e o sexto cargueiros da parceria chegarão ao longo de 2023.

A primeira operação começou no dia 2 de setembro de 2022 e desde então já aconteceram mais de 950 decolagens, com o transporte de 27.800 toneladas de produtos.

A etapa inicial da parceria contempla seis aeronaves da GOL, todas do modelo Boeing 737-800 BCF, e faz parte do pacote de investimentos de R\$ 17 bilhões que o Mercado Livre anunciou no ano passado para o Brasil. Os aviões destinados à operação fazem parte da frota atual da GOL e sempre passam por um processo de conversão para cargueiros, com equipamentos inovadores em termos de carga e eficiência, e capacidade para 24 toneladas.

"Esta parceria vem simbolizando uma nova fase para a GOL e para a GOLLOG. Este modelo de negócio, inédito para a Companhia, tem como parceiro o líder do mercado de e-commerce na América Latina, portanto não podemos negar que essa união só trouxe benefícios para ambos os lados. Fazer

parte desse processo, e contribuir para democratizar este serviço para milhões de brasileiros, de forma estruturada e sustentável, nos orgulha e nos motiva a seguir crescendo dentro deste mercado nos próximos anos", diz Rafael Martau, diretor-executivo da GOLLOG.

Análise semelhante faz Pablo Navarrete, diretor-sênior de transportes no Mercado Livre para a América Latina, que celebra o amadurecimento da parceria. "A sinergia com a GOLLOG nos fortalece para seguirmos explorando as muitas oportunidades do e-commerce brasileiro, com nossa operação aérea ganhando cada vez mais relevância, tanto para os resultados do nosso marketplace, quanto para a garantia da qualidade e agilidade das entregas em todo o Brasil.

## ESTOQUE ALTO

## Dívida pública cai 3,07% e chega a R\$ 5,7 trilhões

O estoque da Dívida Pública Federal (DPF) caiu 3,07% em janeiro e fechou o mês em R\$ 5,768 trilhões. Os dados foram divulgados na terça-feira, 28, pelo Tesouro Nacional. Em dezembro, o estoque estava em R\$ 5,951 trilhões.

A correção de juros no estoque da DPF foi de R\$ 48,04 bilhões no mês passado, enquanto houve um resgate líquido de R\$ 230,74 bilhões.

ADPF inclui a dívida interna e externa. A Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFI) retraiu 2,88% em janeiro e fechou o mês em R\$ 5,534 trilhões. Já a Dívida Pública Federal externa (DPFe) ficou 7,32% menor no mês, somando R\$ 233,98 bilhões ao fim de janeiro.

Com a manutenção da taxa básica de juros em 13,75% ao ano, a parcela de títulos da DPF atrelados à Selic voltou a subir em janeiro, para 40,49%. Em dezembro, estava em 38,25%. Já os papéis prefixados reduziram a fatia de 27,01% para 23,47%.

Os títulos remunerados pela inflação aumentaram para 31,74% do estoque da DPF em janeiro, ante 30,26% em dezembro. Os papéis cambiais oscilaram a participação na DPF de 4,48% para 4,30% no mês passado.

O Tesouro informou ainda que parcela da DPF a vencer em 12 meses apresentou alta, passando de 22,07% em dezembro para 22,63% em janeiro. O prazo médio da dívida teve elevação de 3,90 anos para 4,03 anos na mesma comparação. Já o custo médio acumulado em 12 meses da DPF subiu de 10,21% ao ano para 10,50% a.a. no mês passado.

A participação dos investidores estrangeiros no total da Dívida Pública caiu/subiu em

janeiro. De acordo com dados divulgados pelo Tesouro Nacional, a parcela dos investidores não residentes no Brasil no estoque da DPMFI passou de 9,36% em dezembro para 9,79% no mês passado.

No fim de 2021, a fatia estava em 10,56%. O estoque de papéis nas mãos dos estrangeiros somou R\$ 541,62 bilhões em janeiro, ante R\$ 533,48 bilhões em dezembro.

A maior participação no estoque da DPMFI continuou com as instituições financeiras, com 27,31% em janeiro, ante 29,12% em dezembro. A parcela dos fundos de investimentos passou de 23,98% para 24,42% em no mês passado.

Na sequência, o grupo Previdência passou de uma participação de 22,83% para 23,57% de um mês para o outro. Já as seguradoras passaram de 3,98% para 4,10% na mesma comparação.

O Tesouro Nacional encerrou janeiro com R\$ 953,39 bilhões no chamado colchão da dívida, a reserva de liquidez feita para honrar compromissos com investidores que compram os títulos brasileiros. O valor observado é 18,92% menor em termos nominais que os R\$ 1,175 trilhão que estavam na reserva em dezembro. O montante ainda é 15,81% menor que o observado em janeiro de 2022 (R\$ 1,132 trilhão).

O valor serve de termômetro para saber se o País tem recursos para pagar seus investidores ou precisará recorrer rapidamente ao mercado para reforçar o caixa. Em janeiro, a reserva de liquidez chegou a 7,62 meses de vencimentos da dívida pública e o mínimo prudencial é de três meses.

## Coneção



conexao@diariocomercial.com.br

Instagram: @coluna.conexao

POR MARCOS LUZ, JOÃO ROMÃO E VINICIUS PALERMO

## Firjan foca no desenvolvimento sustentável

Paula Johas / Divulgação



O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, e o presidente em exercício da federação, Luiz Césio Caetano, receberam na segunda-feira o senador Carlos Portinho (PL-RJ) para apresentação de propostas para o desenvolvimento econômico do país e do estado do Rio. O tema foi abordado na reunião conjunta do Conselho Superior de Representantes da Firjan e do Conselho de Administração do Centro Industrial do Rio de Janeiro (Cirj) com a participação de empresários fluminenses de forma presencial, na sede da federação, e através de plataforma de videoconferência. Outros assuntos debatidos foram o fortalecimento das mulheres no mercado de trabalho e o empreendedorismo feminino, inclusão digital da pequena empresa, segurança pública e qualidade da energia elétrica.

## Pautas trabalhistas em debate na Fiemg

O Conselho de Relações do Trabalho e Gestão Estratégica de Pessoas da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) se encontrou na tarde do último dia 28 para a primeira reunião ordinária de 2023, na sede da Federação, em Belo Horizonte (MG). O presidente do Conselho, Áureo Calçado Barbosa, enalteceu o retorno ao formato presencial desde o início da pandemia e destacou a relevância do papel de cada conselheiro, dentro e fora da comissão. O dirigente aproveitou o ensejo para falar dos 90 anos da FIEMG e a sua relevância para a sociedade como um todo.

## Bons números da Indústria da Transformação em SP

O Levantamento de Conjuntura da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo mostrou que o mês de janeiro apresentou resultados moderados para a indústria de transformação do estado de São Paulo. Dois componentes exibiram oscilação positiva em comparação com o mês anterior: salários reais médios (+0,4%) e vendas reais (+0,1%).

## Projeto Fecomércio Mais Perto de Todos reúne representantes de ARs de Brasília (DF)

Divulgação

No último dia de fevereiro representantes das administrações regionais de Brasília (DF) participaram da solenidade para assinatura do termo de parceria que marca o início do projeto Fecomércio Mais Perto de Todos. O encontro aconteceu na unidade do Sesc-DF na 504 Sul. A ação social é uma realização do Sistema Fecomércio-DF (Fecomércio, Sesc, Senac e Instituto Fecomércio-DF) e já atendeu quase 50 mil pessoas, com serviços gratuitos e essenciais em diversas áreas. A 1ª edição de 2023 com serviços itinerantes será realizada na cidade do Riacho Fundo I. O evento acontece das 9h às 16h, no próximo sábado (4), em frente à Administração da cidade, localizada na Ac 3 Cln 7 Bl A B, s/n, Riacho Fundo I. Em dois anos o projeto atendeu cerca de 50 mil pes-



soas no Distrito Federal. Além dos administradores das RAs, também participaram do encontro autoridades, parlamentares, sindicatos e representantes do setor produtivo.

## Escritório da Jucesp na Associação Comercial de São Paulo completa 20 anos

No último dia 27 de fevereiro, o escritório de serviços da Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP), que fica no edifício-sede da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), no Centro da capital paulista, completou 20 anos de operação. O espaço oferece e presta serviços essenciais para a formalização de empresas de forma ágil e confiável, resolvendo processos burocráticos em até uma hora pelo VRE Digital ou em até seis horas pelo VRE. O escritório recebeu a visita de uma de suas primeiras clientes, a assessora empresarial Benedita de Carvalho, que parabenizou a JUCESP e a ACSP pela longevidade e qualidade dos serviços prestados. "Conseguo resolver tudo aqui em pouco tempo e sem burocracia. Isso me ajuda bastante e também é ótimo para meus clientes. O atendimento é excelente, são todos muito prestativos", comentou Benedita.

## Conselho de Turismo da ACRJ recebe nova comandante do BPTur

Nesta terça-feira, 1º de março, aniversário de 458 anos do Rio, o Conselho Empresarial de Turismo da Associação Comercial do Rio de Janeiro recebeu visita da nova comandante do Batalhão de Policiamento em Áreas Turísticas (BPTur), tenente-coronel PM Daniele Neder. Os presentes aproveitaram a ocasião para apresentar o empreendimento turístico Maraey, que será construído na Costa do Sol, em Maricá, e deve atrair 300 mil turistas diretos por ano. Serão 8 mil unidades residenciais de alto luxo no Leste Fluminense.

## Dívida histórica de Itaipu Binacional para construção da usina está quitada

A Itaipu Binacional quitou junto à Eletrobras e o BNDES as últimas parcelas, no total de US\$ 115 milhões, da dívida contraída para a construção da hidrelétrica, há quase 50 anos, e tornou-se uma empresa amortizada. A liquidação foi celebrada em uma cerimônia oficial no Edifício da Produção da usina, com as presenças dos diretores-gerais brasileiro de Itaipu, Anatalicio Ridsen Junior, e paraguaio, Manuel María Cáceres Cardozo, diretores e conselheiros da empresa e autoridades.



INFLAÇÃO ALTA

# Fed terá de elevar os juros entre 5% e 5,25% nos Estados Unidos

## Bostic afirmou que a inflação continua muito elevada nos Estados Unidos e a política monetária mais apertada deve ser mantida até o início de 2024

O presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) de Atlanta, Raphael Bostic, afirmou na quarta-feira que a inflação "continua muito elevada" nos Estados Unidos, apesar de sinais recentes de moderação em seu núcleo. Em análise publicada no site da distrital, ele defendeu que os juros sejam elevados para o nível entre 5,00% e 5,25% "e mantidos ali até bem entrado 2024", com uma política monetária mais apertada permitindo um equilíbrio melhor entre a oferta e a demanda agregada e, por consequência, menor inflação.

Sem direito a voto nas decisões de política monetária deste ano, o dirigente reiterou no texto o compromisso do Fed com a meta de 2%.

Além disso, retomou exemplos históricos, por exemplo da década de 1970, para argumentar contra um relaxamento prematuro da política monetária, que acabou por ter "resultados desastrosos" para a economia. "Não queremos repetir isso, portanto precisamos derrotar a inflação agora."

Bostic disse que fazer isso sem impor "dor econômica severa" requer um "equilíbrio delicado". Para ele, a demanda e a oferta por trabalho nos EUA seguem "desalinhas". Os juros, por sua vez, ainda não influenciariam de modo suficiente a atividade das empresas, acrescentou. O gasto dos consumidores seguiu robusto ao longo do último ano, e o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu acima do esperado no segundo semestre de 2022. Olhando adiante, con-



Bostic: "fazer isso sem impor dor econômica severa requer um equilíbrio delicado. A demanda e a oferta por trabalho nos EUA seguem desalinhas"

tatos entre empresas não esperam uma "deterioração severa", notou. "Portanto, há mais trabalho - na forma de altas nas taxas de juros - a fazer", disse.

Para Bostic, a inflação teve recuo recente, mas em nível ainda elevado. Além disso, o dirigente destacou o fator psicológico como "crucial" para as expectativas de inflação, e disse que o Fed também está atento a isso.

O índice de gerentes de compras (PMI, na sigla em inglês) da indústria dos Estados Unidos, elaborado pelo Instituto para Gestão da Oferta (ISM, na

sigla em inglês), subiu de 47,4 em janeiro para 47,7 em fevereiro. Analistas ouvidos pelo The Wall Street Journal previam um avanço mais tímido, a 47,6.

O subíndice de preços subiu de 44,5 em janeiro para 51,3 em fevereiro em. O de empregos caiu de 50,6 para 49,1, enquanto o de novas encomendas subiu de 42,5 para 47 na mesma marcação. O de produção cedeu de 48 para 47,3, e o de estoques recuou de 50,2 para 50,1 na comparação.

O presidente da distrital do Federal Reserve em Minneapolis,

Neel Kashkari, defendeu que as altas de juros devam continuar. "Estou aberto para aumentar 25 pontos-base (pb) ou 50 pb na próxima reunião", destacou.

O banqueiro central comentou ainda que acredita que onde a instituição terminará as altas de juros é mais importante do que pensar no ritmo de aumentos das próximas reuniões, ou seja, se será 25 pb ou 50 pb.

Segundo Kashkari, ele estava mais do lado "hawkish" no gráfico de pontos, em dezembro. Na época, ele projetou que as taxas de juros teriam que subir 5,4% e

ficar por um tempo nesse nível.

O presidente da distrital do Fed em Minneapolis afirmou ainda que o objetivo do BC norte-americano é atingir um pouso suave, porém, ainda não dá para saber se a instituição conseguirá atingir isso. "Não estamos em uma recessão agora. O mercado de trabalho está forte", defendeu.

O banqueiro central comentou ainda que é preciso manter as expectativas de inflação ancoradas. "Inflação está muito alta, e é função do Fed fazer ela desacelerar", disse.

ALTA DOS JUROS

## Bolsas da Europa fecham em queda com risco inflacionário

Os mercados acionários da Europa fecharam na maioria em queda nesta quarta-feira, 1º de março, sendo que, inicialmente, as bolsas foram apoiadas em bloco pelo otimismo com a economia da China, após dados animadores da manufatura da segunda maior economia do mundo. No entanto, ao longo do pregão, o sentimento de risco foi prejudicado pela inflação ao consumidor (CPI) da Alemanha e pelas quedas em Nova York, causadas por indicadores de índices de gerentes de compras (PMI) e sinalizações de mais apertado monetário pelo Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano).

Pesquisa oficial mostrou que o índice de gerentes de compras (PMI, na sigla em inglês) industrial chinês avançou para 52,6 em fevereiro, atingindo o maior nível desde abril de 2012. Além disso, o ministro de Finanças do país, Liu Kun, prometeu impulsionar os gastos fiscais para fortalecer a economia.

"Depois de uma leitura positiva na Ásia com base nos números do PMI chinês, os mercados europeus inicialmente mantiveram a leitura otimista, recuperando-se fortemente com recursos básicos e industriais desfrutando de alguns ganhos sólidos, o que está ajudando o FTSE 100", destaca a CMC Markets.

Dessa forma, o índice londrino subiu 0,49%, a 7.914,93 pontos, com Rio Tinto (4,64%), Antofagasta (4,43%) e Glencore (3,44) apresentaram ganhos sólidos devido ao aumento dos preços do cobre e de outros metais.

Na Europa, por outro lado, os PMIs industriais seguem abaixo de 50, o que sinaliza contração da manufatura. Já na Alemanha, o CPI subiu 8,7% em fevereiro, acima da expectativa de 8,5%.

O ING considera que "a pressão inflacionária está longe do fim" na Alemanha e que nesse quadro o Banco Central Europeu (BCE) continuará a elevar os juros nos próximos meses, sem considerar cortes futuros nas taxas, com uma alta de 50 pontos-base em março precipitada.

Dirigente do BCE, Joachim Nagel disse que a instituição poderá ter de implementar mais altas significativas de juros depois da reunião de política monetária deste mês. Por outro lado, a CMC Markets destaca que comentários "dovish" do governador do Banco da Inglaterra (BoE), Andrew Bailey, ajudaram o FTSE 100. Bailey disse que "mais alguma alta nos juros pode se mostrar apropriada, mas nada está decidido".

Nos EUA, o PMI industrial subiu de 47,4 em janeiro para 47,7 em fevereiro, porém o subíndice de preços subiu de 44,5 em janeiro para 51,3 em fevereiro.

Para a Capital Economics, a forte recuperação do índice de preços é uma preocupação, pois sinaliza que a resiliência econômica recente está exercendo pressão renovada sobre a inflação.

Mais cedo, o presidente do Fed de Atlanta, Raphael Bostic, afirmou que a instituição terá que elevar juros entre 5% e 5,25% e mantê-los ali até 2024. Já o dirigente da distrital de Minneapolis, Neel Kashkari, defendeu que as altas de juros devam continuar, e que um pouso suave não é garantido.

O índice DAX, em Frankfurt, seguiu o movimento majoritário e fechou em baixa de 0,39%, a 15.305,02 pontos. O CAC 40, em Paris, cedeu 0,46%, a 7.234,25 pontos, e o FTSE MIB, em Milão, fechou em queda de 0,59%, a 27.315,08 pontos. Já em Madri, o índice Ibex 35 caiu 0,76%, a 9.322,90 pontos. Por fim, na Bolsa de Lisboa, o PSI 20 caiu 1,44%, a 5.969,73 pontos. As cotações são preliminares.

VAGÕES CARBONIZADOS

Uma colisão de trens na Grécia, na madrugada de quarta-feira, 1º de março (noite de terça-feira em Brasília), resultou na morte de 36 pessoas e deixou outras 85 feridas. Segundo as autoridades, um trem de passageiros, que viajava com 350 pessoas de Atenas para Tessalônica, chocou-se com um trem de carga próximo à cidade de Larissa, no centro do país - em uma tragédia apontada pelo governo grego como sem precedentes.

"O número de mortos aumentou para 36", afirmou o porta-voz do Corpo de Bombeiros, Vassilis Vathrakogianis, em uma entrevista coletiva à imprensa.

Ele também disse que os trabalhos para resgatar passageiros prosseguem, e que 66 pessoas foram hospitalizadas, seis delas na UTI. Um balanço anterior citava 85 feridos no total.

O ministro da Saúde Thanos Plevris disse que a maioria dos passageiros eram estudantes, que retornavam para Tessalônica após um fim de semana prolongado.

O governo decretou luto nacional de três dias. Ao canal de televisão Skai, o governador da região, Kostas Agorastros, afirmou que "infelizmente, o número de feridos e mortos corre o risco de aumentar".

As possíveis causas da colisão não foram divulgadas, mas a imprensa grega afirma que este é o pior acidente ferroviário da história do país. A violência do choque foi tão intensa que as locomotivas e os vagões dianteiros foram pulverizados.

As imagens mostraram vagões carbonizados, em um

# Colisão de trens na Grécia deixa 36 mortos e 85 feridos



Um trem de passageiros, que viajava com 350 pessoas de Atenas para Tessalônica, chocou-se com um trem de carga próximo à cidade de Larissa, no centro

emaranhado de metal e janelas quebradas. Outros vagões menos danificados tombaram e as equipes de emergência usavam escadas para tentar resgatar os sobreviventes.

Quase 150 bombeiros, com 40 ambulâncias, foram enviados ao local da tragédia.

Mecânicos e guindastes também foram enviados ao local para tentar retirar os escombros e levantar os vagões. De acordo com as equipes de emergência, 194 passageiros foram retirados do trem.

"Nunca vi algo assim na minha vida. É trágico. Cinco

horas depois ainda estamos encontrando corpos", afirmou um bombeiro, exausto, ao sair de uma área em que ele e sua equipe retiravam os corpos das vítimas.

"Sentimos a colisão como um grande terremoto. Foi um pesadelo", declarou um pas-

sageiro de 22 anos identificado como Angelos, à Agência France-Presse.

Uma jovem, chorando, explicou ao jornal local Onlirissa que "o trem estava atrasado e parou por alguns minutos quando um grande barulho foi ouvido".

## MODERAÇÃO

# Moraes diz que redes sociais deverão ser regulamentadas

O ministro reconheceu que é preciso ampliar o controle sobre as publicações que reproduzem ou estimulam discurso de ódio e atentados antidemocráticos no Brasil

O ministro Alexandre de Moraes, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), recebeu na quarta-feira, 1º, representantes de plataformas digitais na sede da Corte para debater medidas de combate à desinformação. No encontro, ele defendeu a regulamentação das redes sociais e medidas das próprias redes para melhorar a autorregulação. Foram representados na reunião Telegram, Twitch, TikTok, Kwai, Meta, Google, YouTube e Twitter.

Durante o encontro, Moraes afirmou que há necessidade de uma cooperação maior entre as plataformas e a Justiça Eleitoral. "Precisamos aproveitar a experiência nessa intensidade vivida, uma vez que nenhum país teve a intensidade de ataques pelas redes que o Brasil teve nas eleições e depois no dia 8 de janeiro, que foi o ápice de ataques ao Estado Democrático de Direito", disse.

Em relação à moderação do conteúdo, Moraes argumentou que a definição do que deve ser removido deve levar em conta as ferramentas de autocontrole das próprias plataformas, já utilizadas normalmente para eliminar conteúdos sobre pedofilia e pornografia infantil. Para ele, é preciso ampliar o controle sobre publicações que reproduzem ou estimulam discurso de ódio e atentados antidemocráticos.

O ministro também sustentou que é preciso definir qual é a responsabilidade das plataformas quando a desinformação é impulsionada por monetização e algoritmos das redes.

Uma das resoluções do encontro foi a criação de um grupo de trabalho para apresentar propostas de melhoria da autorregulação e para o encaminhamento de sugestões de regulamentação ao Congresso. A sugestão foi de Moraes.

Estava na pauta do encontro a questão da responsabilização das big techs por conteúdo publicado por usuários. O tema ganhou maior repercussão após os atos golpistas de 8 de janeiro, gestados na internet. O governo mostrou intenção de editar uma Medida Provisória para criar regras sobre como as plataformas devem regular conteúdos criminosos. Após críticas, o Planalto recuou - mas ainda há possibilidade que a medida entre no PL das Fake News, em tramitação no Congresso. O relator do PL, Orlando Silva, admitiu estudar as demandas do Executivo.

Hoje, o artigo 19 do Marco Civil da Internet estabelece que as plataformas só podem ser responsabilizadas por conteúdos que não forem removidos após decisão judicial. A constitucionalidade desse artigo está sendo questionada no STF e deve ser julgada em breve, de acordo com a ministra Rosa Weber, presidente da Corte.

A regulamentação das plataformas também já foi defendida por ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), como Luís Roberto Barroso e Gilmar Mendes. Em conferência da Unesco sobre a regulação das mídias, no mês passado, Barroso recomendou a flexibilização do Marco Civil da Internet ao sustentar que as redes sociais devem remover conteúdos criminosos de forma proativa, sem aguardar ordem da Justiça.

O TSE aprovou na terça-feira, 28, duas mudanças no



Alexandre de Moraes sustentou que é preciso definir qual é a responsabilidade das plataformas quando a desinformação é impulsionada por monetização

## ENTREVISTA ORLANDO SILVA, deputado federal (PCdoB-SP)

### Silva: Big techs vão responder por seus impulsionamentos

*Depois de três anos de tramitação no Congresso, o projeto de lei das fake news se tornou prioridade na agenda do Palácio do Planalto, mas ainda há divergências no próprio governo sobre como tratar o tema. O deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP), relator da proposta, admite haver "ângulos diferentes de observação sobre o mesmo problema". Os principais pontos são a criminalização das fake news, a exigência de que empresas de tecnologia tenham sede no País e a proibição dos disparos em massa de mensagens. "O modelo de negócio dessas plataformas digitais, provedores de aplicativo e redes sociais está ancorado no extremismo, que gera mais engajamento", disse.*

**Qual é a dificuldade de se obter consenso sobre o projeto das fake news?**

É natural que seja assim porque se trata de um tema transversal, sensível e que está sendo debatido no mundo inteiro. Percebo um esforço de unificação da posição do governo. Minha expectativa é que ainda nesta semana tenhamos uma posição unificada do governo

**Como punir as plataformas digitais?**

O modelo de negócio dessas plataformas digitais, provedores de aplicativo e redes sociais está ancorado no extremismo, que gera mais engajamento. Esse é um debate inescapável: qual a responsabilidade que essas empresas devem ter? Hoje, a lei da internet, no artigo 19, diz que o conteúdo deve ser retirado por decisão judicial. Esse artigo está completamente defasado. Não entendo porque o STF não julga a constitucionalidade desse artigo. Seria uma baliza para o debate. Outro caminho seria a legislação ajustar esse artigo para definir em que circunstâncias essas empresas devem ter responsabilidade. Hoje elas só retiram mediante decisão judicial. Lavam as mãos.

**Qual é o caminho?**

O caminho pode ser responsabilizar a plataforma quando houver publicidade e impulsionamento. Uma coisa é alguém publicar algo na rede social, uma ideia. As plataformas falam que é liberdade de expressão. Se não for conteúdo ilegal, não há problema. Mas se for publicada

regimento interno que tendem a reforçar as decisões colegiadas na Corte.

A primeira é que a devolução dos pedidos de vista não pode ultrapassar o prazo 30 dias. A segunda é que medidas cautelares urgentes decretadas individualmente devem ser enviadas imediatamente para referendo no plenário.

As resoluções foram propostas por Moraes, justamente com a justificativa de 'reforçar a colegialidade' do tribunal. As alterações foram aprovadas por unanimidade em sessão administrativa e começaram a valer na terça.

Quando há um pedido de vista, o julgamento é suspenso. Até aqui, a votação só poderia ser retomada após a liberação de

quem solicitou mais tempo para analisar o caso. Na prática, o instrumento abria brecha para os ministros interferirem, individualmente, na agenda do tribunal.

Com a alteração, se a data-limite não for cumprida, o processo será incluído automaticamente na pauta. O prazo de 30 dias pode ser prorrogado, uma única vez, pelo mesmo período.

de tudo, de todos e fosse intocável. Só que nada é absoluto, nem a liberdade de expressão. Há o direito individual e o interesse público quando se prepara qualquer legislação.

**Como evitar avaliações arbitrárias na hora de definir o que é fake news?**

Não tenho a menor dúvida de que é preciso muito cuidado e critério. Se nós exigirmos monitoramento de conteúdo das plataformas digitais, isso pode produzir riscos à liberdade de expressão. Na dúvida, essas empresas vão tirar conteúdo do ar. Há risco? Há. Mas a sociedade civil brasileira é ativa, crítica e acompanhada pelo governo. Os meios de comunicação têm conteúdos confiáveis. Existe um conjunto de agências de checagem. É o ecossistema da produção e difusão da informação que vai ser o contrapeso para que, sem ter um ministério da verdade, criarmos mecanismos para que não haja nenhuma forma de censura. Aposto nesse ecossistema.

**O PL tramita desde 2020. Acredita que o PL vai avançar na atual legislatura?**

O PL tramitou por três meses no Senado e foi aprovado, mas abaixo de críticas. Disseram que o Senado não fez o debate público. A Câmara optou por fazer durante dois anos com audiências públicas, seminários, reuniões bilaterais e com especialistas. Em 2022, chegamos a um texto que poderia ser apresentado no plenário, mas houve grande mobilização do governo anterior e das big techs para impedir. Mudou o governo, que é favorável a votar. E a União Europeia aprovou uma legislação que criou um novo padrão de regulação das plataformas. Se vale na Europa, pode valer no Brasil. O 8 de janeiro mostrou que não dá para deixar a moderação apenas sob responsabilidade das plataformas. A tentativa de golpe foi gestada nas plataformas.

A contagem ficará suspensa nos períodos de recesso ou férias coletivas.

"É importante que cada ministro tenha mais tempo para estudar casos complexos, mas também é importante que o julgamento possa terminar para que nós possamos prestar a atividade jurisdicional", defendeu Moraes.

## DESCULPA

Facebook diz que agiu para proteger as eleições no País

Em relatório divulgado na terça-feira, 28, a detentora das marcas Facebook e Instagram, Meta, responsabilizou os infratores pelo ataque deflagrado no dia 8 de janeiro contra a praça dos Três Poderes, em Brasília. Segundo o conglomerado, a culpa pela destruição não cabe às redes sociais, mas, sim, a quem "infringiu a lei ao invadir prédios públicos".

Ao se defender, a empresa afirmou que "há anos" trabalha no combate ao discurso de ódio, incitação à violência e desinformação que circulam nas plataformas, de modo a demonstrar sua responsabilidade na proteção do processo democrático no Brasil nos meses anteriores e no dia do ataque. Em carta à Unesco, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva destacou que os ataques golpistas foram organizados por meio de plataformas digitais e aplicativos de mensagens.

"Desde o início da campanha eleitoral em 16 de agosto de 2022 até 8 de janeiro de 2023, removemos mais de 1 milhão de conteúdos no Facebook e mais de 960 mil conteúdos no Instagram por violações às nossas políticas de violência e incitação no Brasil", destaca o relatório, citando posts que pediam intervenção militar.

Para além da remoção de posts, o conglomerado firmou uma parceria com o Tribunal Superior Eleitoral a fim de garantir que informações confiáveis sobre as campanhas e eleições de 2022 fossem entregues aos usuários. Dentre as iniciativas, o relatório evidencia a inclusão de rótulos nos conteúdos publicados nas plataformas e o banimento de anúncios que deslegitimam as eleições brasileiras.

Ao citar a dimensão dos ataques do dia 8 de janeiro, o relatório fala na necessidade de uma regulação "clara e consistente" de todas as plataformas virtuais, e defende que esta decisão não deve competir somente às empresas privadas.

Na quarta-feira, 1º, o presidente do TSE, ministro Alexandre de Moraes, reuniu representantes de redes sociais e diversas plataformas para pedir maior colaboração das big techs com a Justiça Eleitoral e autorregulação mais exigente na remoção de conteúdos, em especial àqueles associados ao discurso de ódio e contrários à democracia. Ele também defendeu a regulamentação das redes.

A manifestação da Meta e a reunião com Moraes se somam à discussão sobre a regulação, que cresce no Congresso Nacional. O Ministro da Justiça Flávio Dino, que defende a consolidação deste controle, afirmou que a ausência de regulação torna as plataformas uma ameaça à democracia. "Ditatorial é o modelo em que as plataformas, sem regulação nenhuma, lavam as mãos e ganham dinheiro. Em torno do enunciado", comentou.

O ministro, por sua vez, é incisivo sobre a incorporação da proposta ao projeto das fake news, de autoria do deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), onde a imunidade parlamentar é estendida às redes sociais. "Espero que esse conteúdo não seja aprovado. Se for, acho que o Supremo Tribunal Federal vai voltar a uma interpretação mais restritiva, a do abuso da imunidade parlamentar", avaliou.

O relator do PL deputado Orlando Silva, admite que existem "ângulos diferentes de observação sobre o mesmo problema". "Eu recebi as sugestões do Ministério da Justiça.

OMISSÃO

# Alexandre nega liberdade de ex-ministro da Justiça

## O ministro afirmou que a continuidade da prisão é necessária para preservar o inquérito sobre os protestos golpistas em Brasília

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou na quarta-feira, 1º, revogar a prisão preventiva do ex-ministro da Justiça e ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal Anderson Torres. A medida foi decretada na investigação sobre os atos golpistas do dia 8 de janeiro.

Moraes rejeitou um pedido da defesa do ex-ministro para colocá-lo em liberdade. A decisão afirma que a continuidade da prisão é necessária para preservar o inquérito sobre os protestos golpistas na Praça dos Três Poderes.

"A prisão preventiva de Anderson Gustavo Torres, portanto, se trata de medida razoável, adequada e proporcional para garantir a ordem pública e conveniência da instrução criminal", escreveu.

O ministro voltou a dizer que há provas de que houve, no mínimo, 'omissão' de Anderson Torres diante das manifestações violentas articuladas por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Para Moraes, a revogação da prisão neste momento seria 'absolutamente prematura'.

A decisão menciona ainda a minuta golpista apreendida na casa do ex-ministro. O documento previa uma intervenção de Bolsonaro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para anular o resultado da eleição.

Com a decisão, Torres continuará preso, sem previsão para deixar a cadeia. A prisão foi determinada inicialmente por Moraes e confirmada pelo plenário do STF em uma sessão extraordinária convocada em janeiro, durante o recesso do Judiciário. O ex-ministro estava nos Estados Unidos e se entregou no dia 14 de janeiro.

Em manifestação enviada ao tribunal, a Procuradoria-Geral da República (PGR) defendeu a manutenção da

prisão. O órgão argumentou que há 'indícios consistentes' contra o ex-ministro e que sua soltura poderia abrir caminho para a destruição de provas. Também afirmou que, ao contrário do que alega Anderson Torres, a minuta golpista estava 'muito bem guardada' e não seria descartada.

Anderson Torres prestou depoimento à Polícia Federal (PF) no mês passado. O interrogatório durou cerca de dez horas. Ele negou ter escrito a minuta golpista e também disse desconhecer a autoria do texto. O ex-ministro afirmou ainda que não recebeu nenhum alerta sobre a possibilidade de 'ações radicais' em Brasília no dia 8 de janeiro.

A demora na instalação das tornezeiras eletrônicas fez com que mais de 120 pessoas presas por participação nos atos golpistas de 8 de janeiro na Praça dos Três Poderes, em Brasília, sejam obrigadas a passar mais uma noite na cadeia. Os extremistas tinham recebido alvará de soltura expedido por Moraes.

Os alvarás foram publicados entre a noite de segunda-feira, 27, e terça-feira, 28. No total, 173 denunciados ganharam direito de ficar em liberdade provisória. Porém, somente 48, ou seja, menos de um terço deles, foram definitivamente liberados até o momento.

A Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal (Seape) explicou que a lentidão se deve à demora no trâmite processual. Segundo a pasta, cada instalação de tornezeira eletrônica dura cerca de uma hora. A pasta ainda verifica se a pessoa tem outras pendências com a Justiça e se há algum erro documental.

Por sua vez, a Vara de Execuções Penais do Distrito Federal (VEP) informou que a Seape recebeu 143 alvarás expedidos na quarta-feira, um número menor que o publicado pelo STF.

A instalação da tornezeira eletrônica é feita no Cen-



Torres negou ter escrito a minuta golpista e disse desconhecer a autoria

tro Integrado de Monitoração Eletrônica (CIME), em Brasília. Os presos são levados para o local escoltados. Os homens estão no Presídio da Papuda e as mulheres, na Penitenciária feminina chamada Colmeia.

O grupo liberado por Moraes foi preso em flagrante em 9 de janeiro deste ano, um dia após os atos, em frente ao Quartel General do Exército. O espaço foi palco de manifestações golpistas, em apoio ao ex-presidente Jair Bolsonaro - derrotado nas eleições de 2022 para o atual presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva - e a favor de uma intervenção das Forças Armadas.

Ao analisar os casos, o ministro do STF afirmou que a maioria tem a condição de réu primário

e filhos menores de idade, além de já terem sido denunciados pela Procuradoria Geral da República (PGR) por incitação ao crime e associação criminosa. Pelas regras do STF, os denunciados foram notificados a apresentar defesa prévia no prazo de 15 dias.

Além do uso de tornezeira eletrônica, o grupo está proibido de sair do país, de usar as redes sociais e de se comunicar com outros golpistas, além de terem quaisquer documentos de porte de arma de fogo ou certificados de registros de CACs suspensos.

Com as novas decisões de Moraes, 639 pessoas já foram liberadas para responder em liberdade com cautelares. Outras 767 permanecem presas.

CRIMES AMBIENTAIS

# Marinho critica blitz contra o desmatamento

Após participar de 'audiência pública' convocada a pretexto de 'retirar fiscalização' de São Félix do Xingu, área apontada como de alto risco de crimes ambientais no sudeste do Pará, o senador Zequinha Marinho (PL-PA) afirmou que a Operação Curupira - aberta pelo governo estadual para combater o desmatamento - faz 'blitz malucas' para 'fazer perseguição contra a sociedade'.

Em vídeo ao lado de um homem autointitulado 'Patriota J. Souza, guerreiro do bem', o parlamentar diz que "combater por combater o desmatamento não tem sentido" e que a ofensiva "não pode ficar a vida toda" na cidade no interior do Pará. "Governo não é ONG, que chega, faz zoada, corre atrás e depois vai embora", afirma o senador.

A gravação foi publicada no perfil de 'Patriota J. Souza, guerreiro do bem' no TikTok. Segundo ele, a gravação foi feita no sábado, 25, um dia depois da reunião contra a 'fiscalização'. "Tão tocando o terror", alegam integrantes do grupo que se opõe à Curupira.

No vídeo, o 'guerreiro do bem' chama de 'maldito' o decreto estadual que instalou a Operação Curupira no último dia 15. Segundo o governo do Pará, a ofensiva visa combater desmatamento ilegal, exploração ilegal de recursos naturais, degradação ambiental e incêndios florestais.

Para o Executivo estadual, o diferencial da operação é o fato de haver bases fixas - uma em São Félix do Xingu e outra em Uruará - para dissuadir ilícitos com a presença permanente das equipes de fiscalização. Nesta segunda, 27, agentes da operação confiscaram cinco escavadeiras em um garimpo com licenças ambientais vencidas.

Quando a reportagem divulgou os áudios que mostram lideranças locais convocando a 'população de bem' para o evento da sexta, 24 - onde seria armado contra ataque à Curupira -, o senador afirmou que participaria da reunião como convidado da Associação Xin-

guri. Zequinha Marinho disse defender a legalidade do setor produtivo e ter recebido denúncias de que a operação 'estaria atuando apenas em cima de pequenos produtores'.

Na gravação após o encontro, ele sustenta que a Operação Curupira 'tem um foco', mas 'cuida de outro'. "É importante e até louvável fazer um combate ao desmatamento, trazer para legalidade. Mas só combater por combater não tem sentido, porque a operação não pode ficar aqui a vida toda", protesta.

O senador argumenta que o governo do Pará 'tem a obrigação de trazer a regularização fundiária e fazer a regularização ambiental'. "Governo não é ONG, que chega, faz zoada, corre atrás e depois vai embora. Governo é diferente, tem outra concepção de política pública. É isso que nós queremos", avisa.

O parlamentar alega que a operação contra o desmatamento 'não visita uma grande fazenda pra ver se as licenças estão em dia'. "Vai fazer blitz nas estradas. Perseguir o povão que mora no interior, nasceu e vive aqui. São 46 vilas, 6 distritos. Quase 70% do povo de São Félix do Xingu mora no interior. Ai essas blitz malucas, coisa fora do rumo, que não tem sentido, coisa feita para fazer opressão e perseguição à sociedade."

Procuradoria investiga 'eventuais tentativas de barrar os trabalhos de fiscalização'

Após a divulgação de áudios que convocaram a 'população de bem' para um evento contrário à Curupira - inclusive com chamadas em que as ações são definidas como 'atos terroristas' -, o Ministério Público Federal decidiu 'acompanhar e apoiar' a missão de combate ao desmatamento e outros crimes ambientais no sudeste do Pará.

A Procuradoria diz que vai ajudar na identificação de áreas de garimpo ilegal e trocar informações com outras instituições para garantir a eficiência das investigações e para responsabilizar autores de ilegalidades, incluindo eventuais tentativas de barrar os trabalhos de fiscalização.

PROPRIEDADES PRODUTIVAS

# MST invade Suzano na primeira onda de ações

Cerca de 1,7 mil integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) invadiram três fazendas de cultivo de eucalipto da empresa Suzano Papel e Celulose, nos municípios de Teixeira de Freitas, Mucuri e Caravelas, no sul da Bahia. Uma quarta área, a Fazenda Limoeiro, de outro proprietário, foi ocupada no município de Jacobina. A empresa e o proprietário entraram com ações de reintegração de posse.

A entrada dos invasores começou na segunda-feira, 27, e prosseguiu até a tarde de terça, 28, segundo a Polícia Militar da Bahia. Os sem-terra, na maioria mulheres, chegaram em vários comboios que saíram de assentamentos da região e de outros locais do Estado. A Suzano informou que suas propriedades foram danificadas durante as invasões.

Essas foram as primeiras ocupações em massa do MST desde o início do governo Lula. As invasões mobilizaram sobretudo mulheres em alusão ao 8 de março, Dia Internacional da Mulher. "Apesar de termos expectativas com o governo Lula em relação à reforma agrária, o MST acendeu o alerta amarelo diante da demora do governo federal em nomear a presidência do Inkra (Instituto Nacional de Colonização e

Reforma Agrária)", disse Eliane Oliveira, da direção nacional do MST na Bahia.

As invasões contrariam o discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Durante a campanha eleitoral, ele disse que o MST não ocupava propriedades produtivas, como são as áreas da Suzano. Segundo Eliane Oliveira, as terras da empresa são "latifúndios de monocultura de eucalipto". "O território baiano sofre com a destruição sistemática dos recursos naturais, como envenenamento do solo e dos rios. As famílias foram expulsas de suas terras e vivem na vulnerabilidade social das periferias das cidades, nas encostas e nas margens de estradas", disse.

Em sua página oficial, o MST avisa que as ações vão continuar, sob o lema "O agronegócio lucra com a fome e a violência. Por terra e democracia, mulheres em resistência", e afirma que pretende negociar com os governos federal e estaduais a retomada da reforma agrária, além de um projeto para a agricultura familiar camponesa. "Vamos retomar a luta pela terra com as ocupações de terras, marchas, formação com as mulheres, ações de solidariedade, com doações de alimentos e doações de sangue", afirmou Margarida Silva, da coordenação nacional do MST.

REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA

# Zema demite artistas, que reclamam de veto a espetáculo

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), exonerou o diretor artístico da companhia de dança do Palácio das Artes, da Fundação Clóvis Salgado, de Belo Horizonte, Cristiano Reis, bailarino do grupo há 23 anos e que assumiu o cargo em 2015. Outros artistas comissionados envolvidos com o espetáculo também foram exonerados.

Por meio de redes sociais, Reis disse acreditar que sua exoneração está "relacionada diretamente" à realização do espetáculo m.a.n.i.f.e.s.t.a, que celebra a democracia. A administração estadual alega que os cortes foram feitos com "vista à racionalização do uso dos recursos públicos".

"Fui chamado pela direção da Fundação Clóvis Salgado e tive a notícia de que o espetáculo, que tinha reestruturação programada para 15 de março, seria engavetado", afirmou Reis. "Vamos ter de dar um passo atrás" foi a frase que ouvi, disse. Artistas e profissionais ligados ao segmento cultural e de dança mineira prestaram apoio a Reis.

A deputada estadual Andréia de Jesus (PT) protocolou na segunda-feira, 27, pedido de audiência pública junto à Mesa da Assembleia Legislativa para debater o caso. "Repúdio a ação do (governador Romeu) Zema contra o m.a.n.i.f.e.s.t.a. É papel do Estado dar apoio e espaço para as críticas presentes na nossa sociedade", disse a parlamentar.

Uma das diretoras do espetáculo, Marise Dinis, que atua no Palácio das Artes desde 2004, disse que tinha assinado contrato para voltar com o m.a.n.i.f.e.s.t.a em 15 de março quando foi comunicada do cancelamento da apresentação. "Já tinha me organizado para retomar o trabalho quando a Associação Pró-Cultura e Promoção das Artes, que cuida das contratações, entrou em contato comigo dizendo que o contrato seria rescindido", disse a diretora.

Bailarina da companhia há 35 anos, Mariângela Caramati criticou o cancelamento da peça. "Estamos sem diretor artístico, numa situação de vulnerabilidade. Sucateamento e



Zema: "as exonerações levam em consideração a necessidade de reorganização"

desmonte são as palavras que encontro para descrever o momento", afirmou Caramati.

Procurada, a assessoria de Zema enviou nota, informando que "as exonerações dos servidores de recrutamento amplo (...) levam em consideração a necessidade de reorganização e reestruturação administrativa, com vista à racionalização do uso dos recursos públicos e promoção do aumento da produtividade dos servidores que

integram o Grupo de Direção e Assessoramento da Administração direta e indireta do Poder Executivo".

Ainda de acordo com o governo do Estado, "o contrato supracitado previa, em seu plano de trabalho, duas apresentações do m.a.n.i.f.e.s.t.a que foram cumpridas em 5 e 6 de novembro, com público total de 1.660 pessoas, sendo 879 espectadores no dia 5/11 e outros 781, em 6/11.

## COVID-19

# Anvisa derruba a obrigatoriedade de máscara em aviões e aeroportos

Diretor da agência afirma que as máscaras continuam sendo importantes no combate à pandemia e a proteção segue recomendada para pessoas com sintomas respiratórios

**A** Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) derrubou na quarta-feira, 1º, a exigência de máscaras em aeroportos e aeronaves no Brasil como forma de prevenção contra a covid-19. O órgão federal, porém, mantém a recomendação de uso. A suspensão havia sido pedida pelo Conselho Federal de Medicina (CFM).

Para fazer o pedido, o CFM se baseou em uma revisão de estudos internacionais publicada na "Cochrane Library", cuja principal conclusão é de que a proteção facial não teria impacto significativo. Cientistas apontam fragilidades do estudo e questionam resultados.

O diretor da Anvisa Alex Campos, terceiro a votar na reunião de quarta, reforçou que as máscaras continuam sendo importantes no combate à pandemia. Segundo ele, a proteção segue recomendada para pessoas com sintomas respiratórios.

Publicado em 30 de janeiro, o estudo avaliou a eficácia da máscara na prevenção de doenças respiratórias - entre elas a covid-19. O trabalho revisa dados de outros 12 estudos e é assinado por pesquisadores da Universidade de Oxford, no Reino Unido. A principal conclusão da revisão é que a máscara faz "pouca ou nenhuma diferença" como política de saúde pública destinada a evitar a disseminação de vírus respiratórios. O estudo reacendeu a polêmica que já havia provocado intensos debates no início da pandemia.

Um artigo de opinião assinado pelo jornalista conservador Bret Stephens e publicado no New York Times na semana passada jogou gasolina no já acalorado debate:

"(...) Quando se trata dos benefícios do uso de máscara em nível populacional, o veredito é: o uso obrigatório foi um fracasso", escreveu Stephens. "Os cétricos que foram furiosamente ridicularizados e ocasionalmente censurados como 'desinformantes' esta-



Aeroporto: Estudo da Universidade de Oxford, no Reino Unido diz que a máscara faz "pouca ou nenhuma diferença" como política de saúde pública destinada a evitar a disseminação de vírus

vam certos. Os principais especialistas que incentivaram as máscaras estavam errados. Em um mundo melhor, caberia a este último grupo reconhecer o erro, juntamente com seus consideráveis custos físicos, psicológicos, pedagógicos e políticos."

Antes mesmo do artigo de Stephens ser publicado, o CFM já havia elencado o estudo de Oxford (entre outros trabalhos) no ofício enviado à Anvisa, datado de 13 de fevereiro:

"Ao final, conclui-se que, diferentemente do que ocorre no contexto de profissionais de saúde em ambientes hospitalares usando equipamentos de alto nível, não há justificativa científica para a recomendação ou obrigatoriedade do uso de máscaras pela popu-

lação em geral como política pública de combate à pandemia de covid-19."

Pesquisadores brasileiros ouvidos pela reportagem, no entanto, apontam falhas na revisão da Cochrane que podem ter enviesado os resultados e defendem a continuação da obrigatoriedade do uso de máscaras em aviões e aeroportos.

Os cientistas dizem que os britânicos compararam situações e momentos diferentes (em muitos casos não havia circulação significativa do vírus, por exemplo) e que não houve um controle por exemplo sobre como as máscaras seriam usadas.

"Foi uma infelicidade da Cochrane misturar uma revisão sistemática com uma meta-análise; fica uma salada, ana-

lisaram situações e momentos diferentes", afirmou a pneumologista da Fiocruz Margareth Dalcolmo, uma das maiores especialistas do País em covid-19. "Tirar desse estudo a conclusão de que uma barreira mecânica não protege contra uma doença viral de transmissão respiratória é uma estupidez completa."

O infectologista Júlio Croda, também da Fiocruz, outro expoente do combate à covid-19 no País, concorda com a colega. Croda explicou que todos os estudos incluídos na revisão são ensaios clínicos individuais.

"Muitos profissionais de saúde acreditam que os ensaios clínicos geram as evidências mais robustas para qualquer tipo de pergunta científica, o que não é neces-

sariamente verdade", afirmou o especialista. "E essa dificuldade de entendimento sobre a qualidade das evidências atrapalha a compreensão das limitações de cada estudo."

Nos estudos analisados, o uso da máscara é uma recomendação. "Ou seja, não temos como checar se as pessoas realmente usaram a máscara, se usaram durante todo o tempo, se usaram da forma correta como recomendado", ponderou.

"Por isso, os estudos clínicos de comunidade são os mais adequados para este tipo de avaliação. Nestes estudos, usamos comunidades semelhantes (nível econômico, educacional), como cidades, bairros ou aldeias. Em algumas fazemos campanhas educativas e distribuímos máscaras.

Em outras, não. Como são comunidades semelhantes e a única coisa diferente foi a sua intervenção, é possível medir o efeito dessa intervenção."

De acordo com as orientações gerais da Organização Mundial de Saúde (OMS), revisadas no último mês, as máscaras são recomendadas para "qualquer pessoa em espaço lotado, fechado ou mal ventilado".

"Vale lembrar que a OMS não declarou ainda o fim da pandemia. É pouco provável que tenha outra onda, mas não é impossível. O vírus continua circulando", afirmou Margareth Dalcolmo. "Ainda que os aviões tenham filtros de ar novos, eu defendo o uso de máscara. Se houver um portador de vírus de transmissão respiratória, a chance de contágio é muito grande."

## PROTEÇÃO CULTURAL

## Justiça de SP decide que cinema e café não podem ser desocupados

A Justiça de São Paulo definiu que o Espaço Itaú de Cinema e o Café Fellini não poderão ser desocupados antes do final do processo que decidirá o futuro dos estabelecimentos. Os dois ambientes ficam na Rua Augusta, na capital paulista, e foram comprados por uma incorporadora de imóveis que pretende construir um empreendimento imobiliário no local. Os imóveis já pertenciam à iniciativa privada.

Para tomar a decisão, o juiz Otávio Tioiti Tokuda, da 10ª Vara de Fazenda Pública, do Tribunal de Justiça, levou em consideração "a relevância desta ação para a história da cidade de São Paulo e para a história do Poder Judiciário, bem como sua complexidade, por envol-

ver o direito de propriedade e o potencial interesse histórico do local que abrigou o Cine Majestic". Na decisão, o magistrado impede a desocupação do local e proíbe qualquer modificação das características arquitetônicas até o pronunciamento administrativo definitivo do município quanto ao tombamento.

A medida é uma resposta à petição do Ministério Público (MPSP) que quer impedir a desocupação e por isso pediu que a justiça considere a área como Zona de Proteção Cultural, o que impediria a desocupação do espaço. "Tal conjunto de bens especialmente tutelados representa a memória histórica, urbanística e cultural da formação de São Paulo", especificou o MPSP na petição ini-

cial de tutela.

A petição prevê que a cidade de São Paulo, em nome Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental (Conpresp), abra uma análise para enquadrar o cinema em uma Zona Especial de Preservação Cultural (Zepec/APC) para "impedir sua desocupação e a instalação de qualquer empreendimento imobiliário e comercial no local".

A petição impõe à Vila 11 Empreendimentos Imobiliários S/A o funcionamento do cinema e do café até a decisão do Conpresp sobre o enquadramento ou não do cinema na Zepec/APC, sob pena de multa de R\$ 5 mil por dia e do desfazimento forçado das obras do empre-

endimento. A petição está assinada pela promotora de Justiça do Meio Ambiente, Maria Gabriela Ahualli Steinberg.

Na época em que o MPSP entrou com a petição a prefeitura de São Paulo informou que a Procuradoria-Geral do município prestará todas as informações em juízo, no prazo legal. Em nota, a Secretaria Municipal de Cultura, por meio do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH), informou também que o caso foi analisado tecnicamente pelo Departamento do Patrimônio Histórico e foi encaminhado para análise e deliberação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo. "Caberá ao conselho a decisão pela aber-

tura ou não de um estudo de processo de tombamento", informou a prefeitura em nota.

No dia 16 deste mês, foi exibido o último filme no cinema, o documentário A Última Floresta, que retrata o cotidiano do povo indígena Yanomami. O anúncio da desativação do espaço provocou protestos no meio cultural, que reuniu cerca de 50 mil assinaturas. A Associação Paulista de Cineastas emitiu carta, assinada por Beto Brant e Marina Person, entre outras personalidades, pedindo que o espaço não seja fechado.

Desde a inauguração, em 1995, o anexo promoveu quase 94 mil sessões. Além de passar filmes independentes, promoveu cursos, debates e projetos, como o Escola no Cinema, Sessão Cinéfila, Clube do Professor e Curtas às Seis e exposições da Mostra Internacional de Cinema.

O diretor de programação do anexo, Adhemar Oliveira, disse que aguarda a movimentação da sociedade e da justiça sobre o fechamento ou não do local. "O encerramento das ati-

vidades de um cinema é sempre triste para quem trabalha no cinema, assim como para os espectadores. É um local que reúne sentimentos presentes e passados das memórias afetivas de todos os espectadores", disse.

O Espaço Itaú de Cinema, na unidade conhecida como Anexo, se instalou na Rua Augusta em 1995. Mas antes, o Instituto Goethe já usava o casarão, da década de 1950, também para exibir filmes. O casarão já sediou festivais, mostras, eventos, debates, cursos de cinema e outros eventos culturais.

No local também funciona o Cine Café Fellini. O café também foi aberto na década de 1990 e é um tradicional ponto de encontro e de atividade cultural. Para defender o espaço, a população apresentou abaixo assinado virtual, com mais de 28 mil assinaturas.

Além do cinema e do café, outros comércios instalados no imóvel também terão que ser desocupados para dar lugar ao empreendimento imobiliário.



## MÉTODOS ALTERNATIVOS

# Governo proíbe uso de animais em testes de cosméticos e perfumes

Segundo a resolução, no caso de fórmulas que sejam novas e não tenham ainda evidência de segurança ou eficácia, a norma estabelece a obrigatoriedade do uso de métodos alternativos reconhecidos pelo Conceca.

O Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (Conceca), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), publicou uma resolução em que proíbe o uso de animais vertebrados em pesquisa científica, desenvolvimento e controle de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes que tenham em suas formulações ingredientes ou compostos com segurança e eficácia já comprovadas cientificamente. A resolução foi publicada na quarta-feira, 1º, no Diário Oficial da União, mesma data em que já entra em vigor a medida.

No caso de fórmulas que sejam novas e não tenham ainda evidência de segurança ou eficácia, a norma estabelece a obrigatoriedade do uso de métodos alternativos (que substituem, reduzem ou refinam o uso de animais) reconhecidos pelo Conceca.

"É obrigatório no País o uso de métodos alternativos reconhecidos pelo Conceca em pesquisa científica, no desenvolvimento e controle da qualidade de produtos de higiene pessoal, cosméticos ou perfumes que utilizem em suas formulações ingredientes ou compostos cuja segurança ou eficácia não tenham sido com-



Os coelhos estão entre os animais frequentemente utilizados em testes realizados pela indústria na produção de produtos de higiene pessoal, cosméticos ou perfumes

provadas cientificamente, ressaltadas as competências de outros entes e órgãos públicos com função regulatória", consta na publicação.

A resolução foi aprovada em reunião do Conceca rea-

lizada em dezembro do ano passado e assinada pela ministra Luciana Santos, do MCTI, que também preside o conselho.

A coordenadora do Conceca, Kátia de Angelis, afirma

que a norma representa um avanço que alinha o Brasil à prática internacional

"A resolução terá um impacto muito positivo, pois responde a uma demanda da comunidade em geral, das

sociedades protetoras dos animais, indústria e cientistas, e vai ao encontro da legislação internacional, como da comunidade europeia", disse ela.

A coordenadora também destacou o papel do conse-

lho em aprovar métodos alternativos aos testes em animais desde a sua criação, tendo reconhecido mais de 40 técnicas.

"Vale destacar que o fato de o Conceca obrigar o uso de métodos alternativos para novos ingredientes, o que preserva a possibilidade de pesquisarmos nossa biodiversidade e avançar ainda mais neste setor, permitindo estudo de novas moléculas, com todos os critérios éticos, em território nacional", disse Kátia.

Criado em 2008, o conselho é responsável pela formulação de normas sobre o uso humanitário de animais no ensino e pesquisa científica, assim como monitorar e avaliar o uso de métodos alternativos que substituam e reduzam o uso de animais.

Além disso, o Conceca também estabelece procedimentos para instalação e funcionamento de centros de criação, biotérios e laboratórios de experimentação animal.

"O conselho é constituído por cidadãos brasileiros com grau acadêmico de doutor ou equivalente em áreas como ciências agrárias e biológicas, saúde humana e animal e biotecnologia, tendo representantes indicados por ministérios, comunidade acadêmica e sociedades protetoras de animais", disse o MCTI.

## DESABASTECIMENTO

## São Sebastião ainda sofre com deslizamentos e alagamentos

Os moradores de São Sebastião, no litoral norte de São Paulo, ainda vivem com medo dos deslizamentos e enxurradas, mais de uma semana depois dos temporais que mataram 64 pessoas no município e uma pessoa em Ubatuba.

A chuva do final da tarde de terça-feira (28) provocou alagamentos nas ruas da Barra do Sahy, bairro mais afetado pelo desastre do último dia 19. No entanto, segundo o comerciante Wagner de Oliveira, na manhã desta quarta-feira (1º), a água já havia baixado.

As chuvas fizeram com que o Corpo de Bombeiros paralisasse os trabalhos de busca por um homem que é considerado desaparecido no bairro da Baleia Verde.

Em Boicucanga, os moradores relatam a ocorrência de pequenos deslizamentos nas encostas próximas à comunidade. "Ontem desabou nossa parte do rio, onde tem as marinas. A gente está em estado de alerta", conta o marinho Rivelino Rodrigues.

O bairro está sem abastecimento de água potável desde o carnaval De acordo com Rivelino, a água que chega eventualmente às torneiras não tem qualidade para ser consumida. "Essa água, não podemos beber. Está vindo uma água suja demais. Estamos pegando a água da igreja, de doação, e cozinhando com essa água."

A educadora social Thais Navas, voluntária na distribuição de alimentos, diz que o abastecimento de água ocorre de forma intermitente, mas ressalta que, felizmente, muitas doações de água mineral estão chegando à região. "O abastecimento de água está variando ainda. A gente



Com a continuação de chuvas fortes, cidades do litoral norte de São Paulo continuam a sofrer com impactos

estava sem água ontem (terça). Hoje (quarta) está saindo com pouca pressão."

Também morador da região, o músico e terapeuta integrativo Adriano Machado destaca que as chuvas vêm trazendo o temor de novas inundações. "Onde eu moro, ontem, quase encheu de novo", conta. De acordo com Machado, ainda há muito lixo nas ruas. "Muito lixo na rua, colchão, cama, móveis. Por onde você passa, tem lixo."

A prefeitura de São Sebastião lançou um comunicado nas redes sociais alertando a população para os riscos do consumo de água contami-

nada. Segundo a prefeitura, foi detectada no município alta de 30% dos casos de gastroenterite, doença ligada ao consumo de água de baixa qualidade. A doença pode provocar vômito, diarreia e náuseas, com risco de desidratação e morte, caso a pessoa infectada não receba o tratamento adequado.

No comunicado, a prefeitura alerta que a contaminação da água pode provocar doenças como cólera, febre tifoide, hepatite A e leptospirose. Pode haver contaminação não só pela ingestão de água não tratada, como também pelo contato de mucosas ou lesões com a lama ou com a

água. As pessoas que apresentarem sintomas devem buscar atendimento médico.

O Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Cemaden) emitiu, nesta quarta-feira, novo alerta para o alto risco de deslizamentos de terra em São Sebastião. Segundo o Cemaden, as pancadas de chuva previstas para hoje vão encontrar o solo encharcado pelas fortes chuvas dos últimos 10 dias. "Importante mencionar que não se trata de eventos generalizados nem com a mesma magnitude dos eventos anteriores", ressalva o comunicado do centro.

## ALERTA

## Estado do Rio tem 24 casos confirmados de leptospirose este ano

Nos dois primeiros meses do ano, o estado do Rio teve 24 casos e três mortes pela leptospirose confirmados. No mesmo período do ano passado, 71 casos foram notificados, informou a Secretaria Estadual de Saúde (SES), que alerta para o risco da doença após as fortes chuvas que atingiram regiões do estado.

Segundo a pasta, pessoas que tiveram contato com a água ou lama de enchentes e que apresentarem febre associada a dores de cabeça ou a dores musculares devem procurar uma unidade de saúde. O objetivo do alerta é evitar casos graves e óbitos provocados pela doença, que tem sua incidência aumentada após alagamentos.

"A Secretaria de Estado de Saúde vem alertando as secretarias municipais de Saúde para intensificar a vigilância e a prevenção, orientando a população para adotar os devidos cuidados de higienização após as chuvas com uso de hipoclorito", disse, em nota, o secretário de Saúde, Doutor Luizinho.

As mortes por leptospirose passam por análises para confirmação da causa. Além dos três óbitos confirmados no município do Rio, há um óbito

em investigação em São Gonçalo. No ano passado, 32 óbitos foram confirmados. Os dados foram obtidos em 27 de fevereiro, no Sistema de Informação de Agravos de Notificação e estão sujeitos à revisão.

A leptospirose é uma doença causada por uma bactéria, a leptospira, encontrada na urina contaminada de roedores. A doença é transmitida para os seres humanos pela exposição direta ou indireta à urina contaminada desses animais, que pode ser veiculada pela água em enchentes. A bactéria invade o organismo através de pequenas feridas na pele, nas mucosas ou na pele íntegra imersa por longo período em água contaminada.

A fase inicial da leptospirose dura aproximadamente de três a sete dias. Os principais sintomas são febre, dor de cabeça, dores pelo corpo, principalmente nas panturrilhas, podendo também ocorrer vômitos, diarreia e tosse. A qualquer sinal desses sintomas, é importante procurar imediatamente um médico e relatar o contato com água, lama de enchente, esgoto ou água contaminada, para que o tratamento seja iniciado o mais rápido possível.

**INSTITUTO BRASIL SOCIAL E SUSTENTÁVEL**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO INSTITUTO BRASIL SOCIAL E SUSTENTÁVEL:** Vimos por meio deste edital convocar todos os membros do INSTITUTO BRASIL SOCIAL E SUSTENTÁVEL ("INSTITUTO"), inscrito no CNPJ sob o nº 20.824.425/0001-22, a comparecerem na Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada de maneira virtual pela plataforma "zoom"; através do link <https://us02web.zoom.us/j/84944738245>, no dia 14 de março de 2023, às 16:00 horas em primeira chamada, sendo instalada com a presença da maioria absoluta dos Associados Fundadores e Efetivos em primeira convocação, e, caso não seja alcançado o referido quórum, sendo realizada, em segunda chamada, 30 (trinta) minutos depois, com a presença de no mínimo um terço desses mesmos Associados, a fim de deliberar sobre os seguintes assuntos: 1) Prestação de contas da inatividade do INSTITUTO referente ao período 2012/2022 e saneamento do período sem eleições; 2) Eleição da nova diretoria para o quadriênio 2023/2027; 3) Alteração de endereço da sede, que sairá da Praça Antonio Prado, nº 33, Edifício HLara, 11º Andar, Sala 1102, Centro, São Paulo - SP, CEP: 01010-010, para Rua Rodrigo Silva, nº 18, Segundo Andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20011-040; 4) Alteração Estatutária; 5) Alteração de Sede; 6) Deliberação acerca de assuntos gerais. Rio de Janeiro, 01 de março de 2023. Alexandre Bergamo - Presidente - Diretoria Executiva







## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/62AC-DE29-331C-8D28> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 62AC-DE29-331C-8D28



### Hash do Documento

619CF6DAC170D443B26D1CED12B77C7D0776D89832E48C2E13F67F2D0C933A35

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 01/03/2023 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz (Administrador) - 086.729.427-28 em  
01/03/2023 21:30 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -  
33.270.067/0001-03

